

DOCUMENTO¹: SOCIOLOGIA RELIGIOSA E TEORIA DO CONHECIMENTO²

Émile Durkheim

III

É bastante frequente o equívoco sobre a maneira como concebemos as relações da sociologia com a psicologia, por um lado, e com a filosofia, por outro. Talvez, as explicações precedentes³ ajudarão a dissipar alguns desses mal-entendidos.

Porque nos preocupamos em distinguir o indivíduo da sociedade, às vezes nos reprovamos de querer fazer uma sociologia que, indiferente a tudo o que concerne ao homem, limitar-se-ia a ser uma história exterior das instituições. A própria finalidade que estabelecemos em nosso trabalho mostra o quanto esta reprovação é injustificada. Se nós nos propomos estudar os fenômenos religiosos, é na esperança que este estudo lance alguma luz sobre a natureza religiosa do homem, e de explicar a consciência moral

que deve, finalmente, levar à uma ciência dos costumes. De uma maneira geral, avaliamos que o sociólogo não cumpriu completamente sua tarefa, tanto que ele não desceu ao âmago dos indivíduos com o objetivo de vincular as instituições, que ele analisa, com as condições psicológicas desses. Na verdade – e é sem dúvida o que deu lugar a desconfiança que assinalamos –, o homem é, para nós, menos um ponto de partida que um ponto de chegada. Nós não começamos por postular uma certa concepção da natureza humana para deduzir uma sociologia; antes, é da sociologia que esperamos uma explicação progressiva da humanidade. Como as propriedades gerais de nossa mentalidade, tais como as estudadas pela psicologia, são, hipoteticamente, comuns a todos os homens de todos os tempos e todos os países, elas são também muito mais

1. Traduzido por José Benevides Queiroz do original “Sociologie religieuse et théorie de la connaissance”, publicado por Émile Durkheim na *Revue Métaphysique et de morale*, T. XVII, 1909 – n. 6, p 733-758.

2. Este artigo é a *Introdução* de um livro que se encontra em preparação sobre *As Formas Elementares do Pensamento e da Vida Religiosa*.

3. Aqui, Durkheim refere-se às duas partes anteriores, as quais foram posteriormente mantidas e, hoje, com poucas mudanças, constituem a *Introdução d’As Formas Elementares da Vida Religiosa*. (N. T.)

abstratas e indeterminadas para poder levar em conta alguma forma social em particular. É a sociedade quem lhe dá a determinação variável, da qual ela tem necessidade para poder se manter; é a sociedade quem informa, aos espíritos e às vontades, a maneira de colocá-los em harmonia com as instituições que a exprime; por conseguinte, é dela que o sociólogo deve partir. Contudo, se, por esta razão, ele pareceu, no início de seus estudos, distanciar-se do homem, foi com a intenção de retornar ao mesmo para melhor compreendê-lo; pois, na medida em que o homem é um produto da sociedade, é por meio dela que ele é explicado. Portanto, assim entendida, bem longe de ser alheia à psicologia, a própria sociologia conduz a uma psicologia, mas muito mais concreta e complexa que aquela que fazem os puros psicólogos. Finalmente, para nós, a história não é senão um meio de analisar a natureza humana.

Da mesma forma porque, por uma questão de método, nós envidamos esforços para livrar a sociologia de uma tutela filosófica, que a impediria de se constituir como ciência positiva, por vezes suspeitou-se de uma hostilidade sistemática nossa para com a filosofia em geral, ou ainda de alguma simpatia mais ou menos exclusiva por um empirismo estreito, o qual era visto somente, e com certa razão, como uma filosofia menor; era como nos prestássemos a uma atitude pouco sociológica. Pois o sociólogo deve estabelecer como um axioma que as questões que tiveram um lugar na história nunca podem ser desvalorizadas; elas podem muito bem transformar-se, jamais desaparecerem. Portanto, é inadmissível que os problemas metafísicos que agitaram os filósofos, mesmo os mais audaciosos, possam algum dia cair no esquecimento. Porém, é igualmente certo que eles pedem para se renovar. Ora, nós acreditamos

precisamente que a sociologia, mais que qualquer outra ciência, pode contribuir para essa renovação.

No presente, todo mundo concorda que a filosofia, caso não se apoie nas ciências positivas, não pode ser senão uma forma de literatura. Porém, por outro lado, à medida que o trabalho científico divide-se e sua especialização aumenta, torna-se mais e mais evidente que, se o filósofo só pode realizar seu trabalho de síntese sob a condição de dominar a enciclopédia do saber humano, a tarefa é impossível. Nestas condições, resta à filosofia apenas um recurso: encontrar uma ciência que, sendo no seu todo bastante restrita para poder ser apropriada por um único e mesmo espírito, ocupe, no entanto, em relação ao conjunto das coisas, uma situação suficientemente central para poder fornecer a base de uma especulação unitária e, por consequência, filosófica. Ora, as ciências do espírito são as únicas a satisfazerem esta condição. Como o mundo só existe para nós à medida que ele é representado, o estudo do sujeito envolve, num certo sentido, aquele do objeto; portanto, não parece impossível que, colocando-se sob o ponto de vista do espírito, possa-se chegar a abranger o universo no seu conjunto sem que seja, por isso, necessário adquirir uma cultura enciclopédica, algo irrealizável doravante. Contudo, a consciência individual tem apenas, muito imperfeitamente, esta característica sintética e, por conseguinte, ela é inconsistente neste papel. Qualquer que possa ser a extensão de nossa experiência e de nosso conhecimento, cada um de nós representa somente uma ínfima parte da realidade. A consciência coletiva é o verdadeiro microcosmo. É na civilização de uma época, isto é, no conjunto formado por sua religião, sua ciência, sua língua,

sua moral, etc., que se encontra realizado o sistema integral das representações humanas no momento considerado. Ora, a civilização é uma coisa eminentemente social. Ela é, com efeito, um produto da cooperação. Ela supõe que as gerações sucessivas são ligadas umas às outras, o que só é possível na e pela sociedade. Ela só pode mesmo ter por suporte os grupos, pois cada espírito particular nunca a exprime a não ser de uma maneira muito fragmentada e incompleta; ninguém possui, na sua totalidade, o sistema religioso, moral, jurídico e científico de seu tempo. Logo, é na condição de adotar o ponto de vista do espírito coletivo que o filósofo pode esperar apreender a unidade das coisas: daí resulta que a sociologia é, pelo menos para ele, a mais útil das propedêuticas.

Porém, as relações que unem essas duas disciplinas podem ser determinadas com mais precisão.

Dentre nossas representações, há algumas que, como já vimos, desempenham um papel preponderante: são as categorias. Elas dominam o pensamento porque o resumem; toda a civilização está aí condensada. Se o espírito humano é uma expressão sintética do mundo, o sistema de categorias é uma expressão sintética do espírito humano. Portanto, ele não é o objeto mais apropriado ao pensamento filosófico. Relativamente limitado e, por conseguinte, acessível à pesquisa, ele abrange, de certa maneira, a universalidade das coisas. Por isso, o estudo das categorias parece destinado a tornar-se cada vez mais a peça mestra da especulação filosófica. Foi como compreenderam os recentes discípulos

de Kant⁴, que se propuseram como tarefa principal constituir o sistema de categorias e encontrar a lei que estabelece sua unidade. Contudo, se as categorias têm a origem que nós lhes atribuímos, então não é possível tratá-las segundo o método exclusivamente dialético e ideológico que está em uso. Para poder elaborá-las filosoficamente, independente da maneira em que se conceba esta elaboração, é necessário, inicialmente, saber o que elas são, de que são feitas, quais elementos a compõem, o que determinou a fusão destes elementos em representações complexas e qual foi o papel destas últimas na história de nossa mentalidade. Estas questões não parecem provocar dificuldade alguma, nem mesmo quando se crê que o espírito individual cria, ele mesmo, as categorias por meio de um ato que lhe é próprio; pois, para saber o que elas são, quais relações elas estabelecem umas com as outras e com toda a vida intelectual que lhe é subordinada, basta, aparentemente, que o espírito se interrogue atentamente. A lei desta dialética encontra-se nele; portanto, há a crença que ele tem somente que aprendê-la intuitivamente, exceto quando, em seguida, verifica aplicando-a. Porém, se as categorias são uma resultante da história e uma obra coletiva, se elas resultam de uma gênese na qual cada indivíduo não tem senão uma participação ínfima e que a mesma ocorreu, quase que inteiramente, fora de seu círculo de observação, é imprescindível, se se deseja filosofar sobre as coisas e não sobre as palavras, que comecemos a nos colocar frente a elas como em frente de realidades ignoradas, as quais necessitam que se

4. Porém, em parte, por razões diferentes daquelas que foram expostas. Para estes filósofos, com efeito, as categorias pré-formam o real, enquanto que, para nós, elas o resumem. Segundo eles, elas são a lei natural do pensamento; para nós, elas são um produto da arte humana. Contudo, tanto de um ponto de vista quanto doutro, elas exprimem sinteticamente o pensamento e a realidade.

determine a natureza, as causas e as funções, antes de procurar integrá-las num sistema filosófico. Por isso, deve ser empreendido todo um conjunto de pesquisas que, como já mostramos, cabe à sociologia. Eis como esta ciência está destinada, acreditamos, a fornecer à filosofia as bases que lhe são indispensáveis e que lhe faltam no presente. Podemos até mesmo afirmar que a reflexão sociológica tende a se prolongar, além dela mesmo e por seu progresso natural, sob a forma de reflexão filosófica; e tudo permite supor que, abordados por esta perspectiva, os problemas que tratam os filósofos apresentarão mais de um aspecto inesperado.